

# CPI : Cortes para Instagram social da atuação parlamentar

As redes sociais transformaram-se em importante espaço para representantes eleitos. Quanto maior o número de seguidores, maior o mandato alcança por meio de sua comunicação digital. A participação popular na formulação e fiscalização de atos do

Os apoiadores reagem positivamente a determinada mensagem política; outros a contestam e reinterpreta, abrindo espaço para discussão para além da bolha em que o político está inserido. Em ambos os casos, a atuação do parlamentar cumpre importante função de controle social dos atos e das decisões tomadas durante o mandato eletivo.

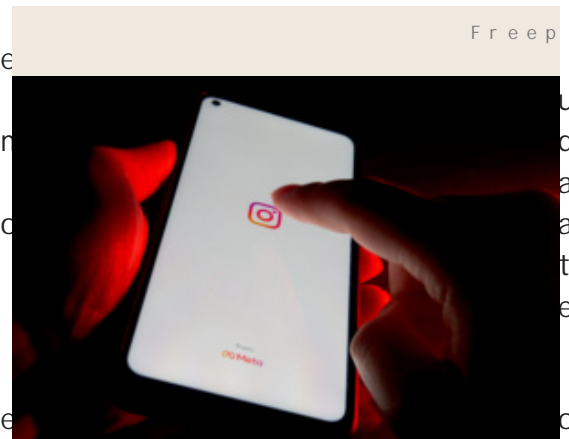
Assim, quanto mais transparente for a atuação do agente público nas redes, maior será o controle social sobre sua atuação. Esse fenômeno se acentua no contexto das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), verdadeiros palcos digitais de exibição política.

Como noticiado, a CPI do INSS virou palco para cortes eleitorais para 2026. Segundo a reportagem, deputados inflamados, gestos performáticos e encenações planejadas impactantes são o que também chamo aqui de CPIs: Cortes em suas redes sociais.

A atuação performática nos trabalhos legislativos, na Câmara Municipal de São Paulo, a CPI dos Pancadões tem esse tipo de engajamento político-midiático.

O vereador presidente Rubinho Campos é frequentemente acusado de depoentes (funkeiros, MCs, influenciadores e pesquisadores) perguntas retóricas para gerar conteúdo para suas redes. A prática: seus opositores e até os próprios depoentes publicando seus próprios cortes das sessões.

A vereadora Zaraté (PT) também é conhecida pelo usuário da Rima Thiago, também reproduzem trechos de suas performances em audiência massiva. Os cortes gerados apenas por esse vereador atingem milhões de visualizações.



Em um caso emblemático, um corte por Chavoso da USP em seu perfil mais de 10 milhões de visualizações, portanto, público maior que o corte de São Paulo composto por 9,3 milhões. O resultado é um ciclo de visibilidade que transcende o plenário e projeta a arena digital em larga escala.

A eventual espetacularização do debate não representa, por si só, um papel fiscalizador do Parlamento. A repercussão alcançada pode ser uma expressão contemporânea da própria natureza representativa. Se o poder é exercido por meio de representantes que esses representantes busquem preservar uma conexão comunicativa e simbólica com aqueles que os legitimam.

Ao abrir-se ao olhar público, ainda que virtual, a representação: o poder que se mostra é o poder que se manifesta. No contexto, cumprem papel análogo ao das antigas ágoras, apresenta, explica, justifica e performa suas ações.

A ampla exposição dos atos parlamentares em tempo real, estratégias de visibilidade ou disputa narrativa, amanda os mandatos. É nesse cruzamento entre representação política que delineia uma nova cavac ofuonrtmad iedno ty ática, mediada não apenas pelas tradicionais de imprensa ou pelos órgãos de controle.

Robert Dahl, ao formular a teoria da democracia pluralista, defende que uma das garantias institucionais indispensáveis à democracia é a existência de canais plurais e independentes que permitam à população a atuação de seus representantes.

## Exposição e escrutínio

A multiplicação dos cortes de CPIs, longe de ser apenas um fenômeno parlamentar, pode ser lida como a materialização concreta da democracia descrita por Dahl. Uma arena em que diferentes narrativas se disputam pela legitimidade política, fazendo da própria visibilidade um instrumento democrático.

O fortalecimento desse controle social sobre os mandatos recentes levanta **Cameaitos Br Oz é vé leous** e que, segundo estudo





74% dos estados brasileiros há correlação direta entre engajamento e alcance nas redes sociais) eleições para deputado federal.

O relatório indica, ainda, que o Instagram se consolidou no país e que a tendência para 2026 é de profissionalização e integração entre investimento, estratégia e performance. Engajados em CPIs e comissões parlamentares de inquérito, a lógica das redes adquire significado eleitoral estratégico.

Diferente de comprometer a necessária seriedade do Poder Judiciário, uma nova camada de responsabilidade de demonstrar a apenas institucional, mas também comunicacional. A transparência, notas taquigráficas e diários oficiais agora consolidando a função fiscalizadora do cidadão como

O conteúdo legislativo, ainda que recortado, agora a reação e participam ativamente da fiscalização das atividades de comunicação pública, assim, cumpre sua função essencial de avaliar e influenciar o processo político, ampliando o acesso às informações parlamentares. Da mesma forma, a disposição crescente de propostas nas redes sociais materializa o princípio de transparência na administração pública.

Como observa o professor Victor Ferraz de Almeida (Leitura da Constituição, Editora GZ, 2024, pp. 144 e 154), a publicidade é elemento político. Ainda que a Constituição não estabeleça regras específicas, o Federal reconhece nela um princípio basilar da atividade de controle e a fiscalização dos cidadãos sobre seus representantes. A representação como atividade política exige que os recursos sejam suficientes para poder constantemente renovar esse espaço de debate sobre assuntos políticos. Há aqui uma relação de participação social.

Assim, quanto maior a exposição dos mandatários e de seus atos ao escrutínio público que os acompanha. Segundos de falhas e olhares, e cada gesto capturado converte-se em elemento de controle.

A espetacularização da atuação parlamentar, ainda que não elimina o controle social: ao contrário, o multiplica. Em um contexto de transparência, passa despercebido. Todo controle vale a pena quando

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-nov-01/cortes-para-instagram-o->